

## ORIGENS E INFLUÊNCIAS DA ECONOMIA FEMINISTA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E DE CONTEÚDO

Origins and Influences of Feminist Economics: A Bibliometric and Content  
Analysis

Amanda Krein ANTONETTE  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Brasil  
amandakrein@hotmail.com

Júlio Eduardo Rohenkohl  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Brasil  
julioroh@gmail.com

### RESUMO

**Objetivo:** O presente trabalho objetiva encontrar, através da pesquisa bibliométrica e da Análise de Conteúdo, pontos de diálogo entre as teorias feministas e outras tradições teóricas, buscando maneiras de aproximar e fomentar o diálogo entre estas. Para isto, retoma-se a gênese dos estudos em economia feminista, para estabelecer as inspirações teóricas fundamentais para a economia feminista e mapear com quais tradições houve proximidade e de que forma se deu esta conexão. Nos primórdios do desenvolvimento da teoria feminista houve importante influência de tradições teóricas da área da economia, com destaque para a teoria marxista e a teoria neoclássica, bem como da sociologia, especificamente a teoria social feminista e sua vertente marxista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Feminista. Pesquisa Bibliométrica. Análise de Conteúdo. Tradições Econômicas.

### ABSTRACT

**Objective:** This paper aims to find, through bibliometric research and the content analysis, contact points to facilitate dialogue between feminist theories and other theoretical traditions, seeking for ways to approach and foster the dialogue between them. To do so, we revisit the genesis of the feminist economics studies, in order to establish fundamental theoretical inspirations for feminist economics and how this connection took place. In the early days of the development of feminist theory there was an important influence of theoretical traditions in the field of economics, with emphasis on Marxist theory and neoclassical theory, as well as sociology, specifically feminist social theory and its Marxist strand.

**KEYWORDS:** Feminist Economics. Bibliometric Analysis. Content Analysis. Economic Traditions.

**Classificação JEL:** A13; B00; B54

Recebido em: 15-02-2020. Aceito em: 11-05-2020.

# 1 INTRODUÇÃO

Os eventos na economia global desde 2008 têm demonstrado a ineficácia das teorias econômicas mais disseminadas, em explicar e propor soluções para a realidade atual. Tal inadequação afeta a ciência econômica como um todo. Enquanto a maior crise econômica desde a década de 30 colapsava o sistema financeiro e deteriorava a vida de milhares de pessoas, as ciências econômicas permaneciam fechadas a seus modelos e teorias mainstream, que pouco ou nada contribuíram para modificar o cenário, “[t]he models worked perfectly but had little to do with the economy we saw at home and in the news” (FISCHER et al, 2017, p.1). A economia neoclássica, ainda que uma importante contribuição para a compreensão da economia internacional, mostrou-se, diferentemente do que se pautava até então, não a única, e talvez não a mais precisa, em explicar todos os fenômenos econômicos em curso (FISCHER et al, 2017, p.3).

Desde então, têm sido cada vez mais evidente a imprescindibilidade das perspectivas pluralistas para a disciplina econômica, especialmente, para o entendimento da economia internacional. Estas perspectivas, na medida em que buscam dialogar e abarcar uma ampla e plural gama de teorias e formas de explicar a realidade, possibilitam “to think critically about contrasting arguments and encourages them to ask new and important questions about the economy and their place within it”(FISCHER et al, 2017, p.4). Nesse sentido, Chesnay e Sauviat (2006) utilizam-se de abordagens pluralistas - marxista e regulacionista - para demonstrar como o atual ciclo de acumulação, que têm como pilar o capital financeiro, modificou as relações econômicas a nível sistêmico de forma que, se antes o capital financeiro servia de financiamento para a inovação tecnológica e produtiva, hoje, a atividade produtiva é que sustenta a financeirização. As causas disso são tanto a globalização financeira quanto as ondas de desregulamentação e liberalização que vêm sendo adotadas por diversos países, e promovida por instituições econômicas internacionais, desde a década de 1960, que acabaram por criar uma concentração de parcelas importantes do capital social das empresas produtivas em poderio das instituições financeiras<sup>1</sup>, e deram a elas um enorme poder de barganha. Sobre isto, os autores colocam que

---

<sup>1</sup> Em 1999, as instituições financeiras detinham metade do total das ações de sociedades anônimas, enquanto acionistas individuais tinham menos de 42% destas, e os fundos de pensão e mútuos detinham 42% destas ações, enquanto as companhias de seguros apenas 6% (CHESNAY e SAUVIAT, 2006, p.473)

*[e]sse poder se resume numa única palavra: liquidez - isto é, na capacidade que os fundos têm de reestruturar suas carteiras de títulos e de reagir quase instantaneamente a qualquer evento passível de afetar uma empresa qualquer. Esta, por sua vez, tem que se conformar à “norma de maximização de valores para os acionistas” a qual comporta diversos aspectos (CHESNAY e SAUVIAT, 2006, p.478).*

Maximizar o lucro imediato dos acionistas implica redução de financiamento em inovação e de minimização custos de produção, o que, usualmente, implica flexibilização trabalho.

Mazzucato (2018) retoma o debate clássico acerca da origem do valor e do limite de produção iniciado pelos mercantilistas e aprimorado por Smith, Ricardo e Marx, mas que foi posteriormente abandonado na ciência econômica pela revolução marginalista e a adesão disseminada ao valor utilidade. O objetivo de Mazzucato é repensar o papel que o sistema financeiro ocupa na economia atual. A confusão sobre quais atividades produzem valor e quais o extraem têm tido consequências sociais e políticas amplas. O debate acerca de onde advém o valor foi central para a economia política, principalmente pelo reconhecimento de que os preços gravitavam em torno de uma valor originado no trabalho, e que tal oscilação implicava intrincada discussão teórica que flertava ora com a utilidade da mercadoria, ora com a concorrência entre capitalistas, e por vezes alcançava a distribuição do valor. Estes economistas viam o valor através de forças objetivas - mudanças tecnológicas, organização da produção e distribuição.

No entanto, o desenvolvimento do marginalismo tornou o valor um conceito subjetivo, atribuindo-o às preferências individuais do consumidor e à ideia de escassez, tornando-o, portanto, imensurável (MAZZUCATO, 2018). Esta mudança significou que não seria mais o valor de algum bem ou serviço que determinaria seu preço, mas o seu preço determinaria seu valor - que seria definido, portanto, pelo mercado. Com a revolução marginalista e o surgimento das ciências econômicas, ancoradas no behaviorismo, o debate sobre o valor perdeu importância. Assim, *“while economics students used to get a rich and varied education in the idea of value, learning what different schools of economic thought had to say about it, today they are taught only that value is determined by the dynamics of price, due to scarcity and preferences”* (MAZZUCATO, 2018, p.18). Isto implicou uma certa confusão sobre a diferenciação entre as atividades produtivas e as improdutivas - que também foi parte do debate sobre a definição de valor - e, conseqüentemente, também sobre quais atividades deveriam ser estimuladas para o desenvolvimento econômico.

Este debate é atualmente relevante quando analisamos a distribuição de renda a nível global, e pela implicação do setor financeiro sobre a economia. Em trabalho anterior, a autora analisa o fenômeno de contradições ao sistema capitalista, de seus sucessos e inconsistências, a partir da atuação estatal, e da invisibilidade de seu papel na promoção da inovação, o que leva a uma série de mitos sobre o papel do investimento estatal e do investimento privado. A partir de uma análise pluralista com elementos schumpeterianos e keynesianos, Mazzucato (2014) aponta para o papel do Estado enquanto promotor de Pesquisa & Desenvolvimento e de inovação, e não apenas como um “corretor das falhas do mercado” ou um regulador da economia, argumentando que o capital de risco privado nem aposta nem espera o suficiente para financiar as grandes inovações tecnológicas. No entanto, a ideologia econômica difundida mostra o Estado como um elefante na sala do revolucionário setor privado - no melhor dos casos, como um minimizador de riscos -, quando, na verdade, sem o capital de risco público, a grande maioria das tecnologias de informação que encontramos comercializadas hoje não teriam sido desenvolvidas (MAZZUCATO, 2014).

Assim, as consequências do atual estágio de globalização financeira e das mudanças produtivas causadas por ela também precisam ser abordadas de maneira plural. Um exemplo destas consequências são a feminização da indústria têxtil e de vestuário (SAFA, 1981; DE LA O MARTINEZ, 2006; CHEN, 2017), e a utilização de trabalho informal feminino na agricultura (BARRIENTOS e DOLAN, 2003). Na medida em que a globalização financeira impõe circunstâncias de maximização de lucros mais rígidas e acelera a competição internacional, as finanças, outrora alavancadoras da produção, passam à condição de extratoras de valor da produção. Neste novo contexto, proliferam estratégias agressivas de redução de custos operacionais, tais como a flexibilização do trabalho, e junto dela, uma feminização das indústrias intensivas em mão-de-obra (STANDING, 1999; OSTERREICH, 2019).

Nesse sentido, as perspectivas feministas, embora distintas e diversas, introduzem o elemento comum da variável gênero para pensar a economia internacional. Além disso, elas orientam-se pela ampliação da equidade de gênero, tratam, por vezes, de temas que, nas perspectivas *mainstream*<sup>2</sup> (clássicos e, principalmente, neoclássicos) são considerados

---

<sup>2</sup> Por *mainstream* entende-se “a tradição central da teoria econômica”, definida por Galbraith (1987, p. 21) como a corrente de ideias econômicas descendentes de Adam Smith, e que abarca o pensamento econômico liberal desde os clássicos britânicos até os neoclássicos e Keynes, e que traz subjacente um arcabouço de ideias e métodos de estudo da sociedade capitalista que naturalizam os mercados.

não-econômicos - por não serem parte do mercado monetizado, e por divergirem da aceitação sobre a natureza do *homo economicus* -, e, metodologicamente, reconhecem as relações de gênero como parte estrutural da economia (FISCHER et al, 2017, p.61; NELSON, 1995).

Assim, as teóricas feministas têm denunciado a suposta imparcialidade das teorias neoclássicas, e a sua limitação em explicar a cotidianidade não apenas das mulheres, mas também dos homens - e do próprio sistema econômico -, ao mesmo tempo em que têm buscado estudar e otimizar a realidade das mulheres dentro da estrutura econômica (FISCHER et al, 2017; NELSON, 1995). Em outras palavras,

Traditionally, male activities have taken center stage as subject matter, while models and methods have reflected a historically and psychologically masculine pattern of valuing autonomy and detachment over dependence and connection. The alternative suggested here is not, however, a "feminine" economics in which masculine biases are replaced by feminine ones, nor a "female" economics in which economics by or about women is done differently than economics by or about men. (NELSON, 1995, p.132)

Na verdade, assim como Nelson (1995, p.132) coloca, a análise feminista da economia internacional parte da premissa de que *"economics, like any science, is socially constructed"*. Nesse sentido, a escolha da teoria neoclássica de representar o indivíduo enquanto o *homo economicus*, autônomo e auto-interessado, agindo racionalmente - sem passado, sem depender ou ser responsável por outros indivíduos, e sem ser afetado ou afetar o ambiente social - implica invisibilizar todas estas relações, bem como toda a socialização pelas quais os seres passam, e todo o trabalho de cuidados e de manutenção da vida. Esta invisibilidade, *"is often justified by the argument that they are unimportant, or intellectually uninteresting, or merely natural, are, not just coincidentally, the areas of life thought of as 'women's work'"*(NELSON, 1995, p.136). Outras vezes, esta negligência é justificada por tratar-se demasiadamente do "subjetivo", e por não manter rigor científico, ao não se encaixar nos modelos matemáticos da análise *mainstream*. A isto as teóricas feministas argumentam que *"the current neglect of social and emotional dimensions of human behavior should be considered a serious limitation, rather than a sign of rigor"* (NELSON, 1995, p.137).

Dessa forma, a economia como descrita pelas teorias *mainstream* mostra-se um sistema significativamente incompleto, uma vez que é incapaz de explicar a participação econômica de boa parte das mulheres, toda atividade econômica não monetarizada, e, ainda, a escolha econômica tida como não racional (FISCHER et al, 2017), bem como a recorrência de crises financeiras e produtivas. Tanto mais grave é tal incompletude na

medida em que emerge a hipótese de que as crises sistêmicas e a desigualdade de gênero sejam processos interligados. Por outro lado, ao reconhecer que as estruturas de gênero são uma característica estrutural, reconhecemos que *“changes in the economy can affect gender relations and vice versa”* (FISCHER et al, 2017, p.61), e, portanto, todas as atividades econômicas, desde a contratação de um serviço, ou da escolha de compras mensais no mercado, até a construção de políticas econômicas para a superação de uma crise, são perpassadas por relações de gênero.

Assim, dar luz às relações de gênero na estrutura econômica significa perceber que *“economics has been made less useful by implicitly reflecting a distorted ideal of masculinity in its models, methods, topics, and pedagogy”* e que *“the use of a fuller range of tools to study and teach about a wider territory of economic activity would make economics a more productive discipline for both male and female practitioners”* (NELSON, 1995, p.146). Ou seja, a economia feminista busca a construção de uma ciência econômica melhor, mais completa e ampla (FISCHER et al, 2017, p.73). Ainda assim, estas análises seguem significativamente marginalizadas na construção do conhecimento econômico.

Para compreender em profundidade os objetivos e as motivações da economia feminista trabalha-se para resgatar as discussões teóricas iniciais desta abordagem. Retoma-se a gênese dos estudos em economia feminista, e, através da pesquisa bibliométrica e da análise de conteúdo, busca-se as tradições da disciplina de ciências econômicas com as quais as teóricas feministas dialogaram e das quais se utilizaram, descrevendo de que forma se deu esta conexão.

Neste sentido, este trabalho busca encontrar pontos de diálogo entre as teorias feministas e as demais tradições econômicas, buscando maneiras de aproximar e fomentar o diálogo entre estas. A partir disto, espera-se encontrar possíveis similaridades e impulsionar uma maior articulação entre as perspectivas feministas e outras abordagens do pensamento econômico na medida em que tenham proximidades teóricas e metodológicas.

## 2 PESQUISA E MÉTODO

O objetivo deste trabalho é identificar pontos de intersecção metodológica, ou conceitual entre as teorias feministas e demais teorias das ciências econômicas. Neste sentido, optou-se por voltar a trabalhos da gênese das teorias de economia feministas e buscar identificar nestes trabalhos as teorias econômicas com as quais as autoras de

economia feminista dialogavam, ou introduziam elementos, quando do surgimento da sub-área. Assim, fez-se uso da pesquisa bibliométrica a partir de duas plataformas: a plataforma Scopus, da Elsevier, e a plataforma Google Scholar, do Google. A escolha por estas duas se deu em função (i) de sua relevância acadêmica internacional, em relação à Scopus, e (ii) da possibilidade de ampliar o rol de análise, em relação ao Google Scholar.

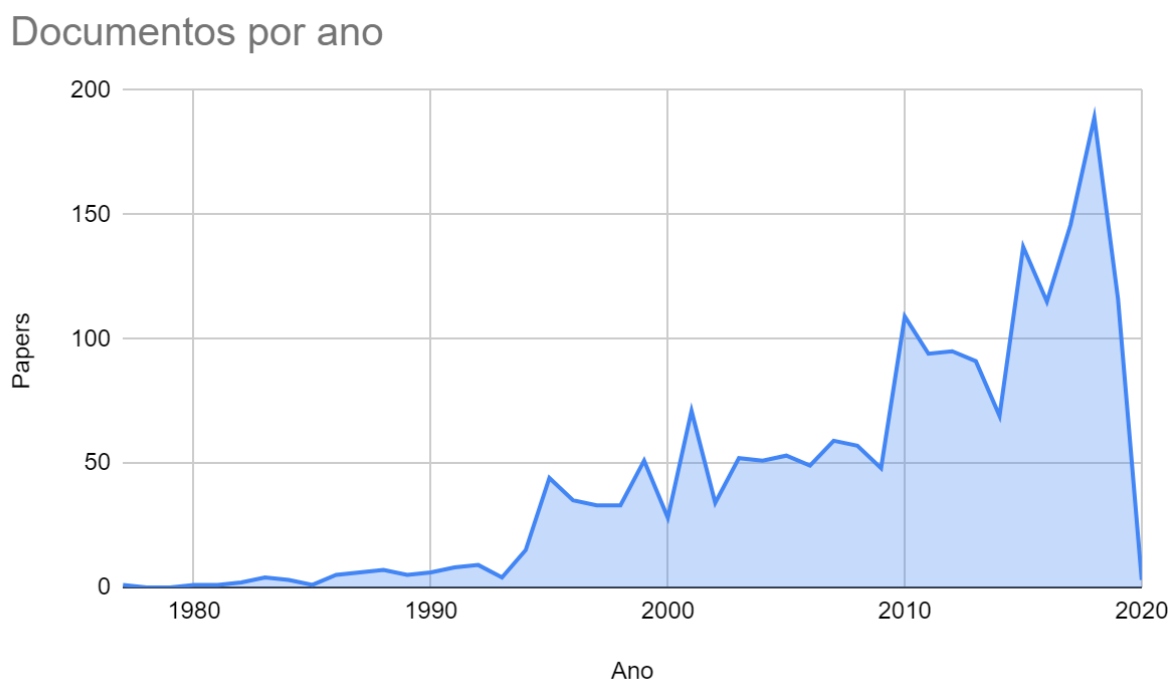
Na plataforma Scopus, buscou-se pelos termos “economy” ou “economics” e “feminism” ou “feminist”. Da mesma forma, no Google Scholar, buscou-se pelos termos “feminist” e “economics”, “feminist” e “economy”, “feminism” e “economics”, e “feminism” e “economy”, presentes no título ou resumo dos textos. Além disso, limitou-se a busca às áreas de Ciências Sociais, e Economia, Econometria e Finanças. A escolha por selecionar os termos relativos à feminismo e economia feminista, e não relativos à mulheres, economia doméstica ou de cuidados, implicou que alguns dos trabalhos base para a construção da Economia Feminista como sub-área de estudo, mas que ainda não se denominavam como tal, não foram abarcados. No entanto, isto possibilitou um recorte dos primeiros trabalhos - e, portanto, o momento inicial - da identificação e auto nomeação da sub-área cujas autoras já se identificavam enquanto um corpo acadêmico específico e denominado como Economia Feminista -, compartilhando elementos temáticos, metodológicos e ontológicos.

Esta primeira etapa resultou em 1940 resultados<sup>3</sup>. A partir da organização cronológica do Scopus, observou-se que o primeiro artigo com tais termos data de 1977, e, depois deste apenas em 1979 voltariam a ser publicados artigos com tais características. Havendo um crescimento pequeno da quantidade de trabalhos publicados durante a década de 80, e, mais significativo, durante a década de 90, como é possível perceber no gráfico cronológico abaixo.

---

<sup>3</sup> Última atualização dos dados em 26 de dezembro de 2019.

Gráfico 1 - Documentos por ano na Plataforma Scopus



Fonte: scopus.com. (Acesso em 26 de dezembro de 2019).

A partir disto, optou-se por recortar cronologicamente a primeira década de publicações, mais o artigo de 1977, selecionando todos os artigos de 1979 a 1989. Esta escolha justifica-se por considerar-se que os trabalhos iniciais em uma área, muitas vezes julgados ultrapassados ou arcaicos, trazem importantes *insights* para a possibilidade de intersecção, uma vez que dialogam com uma multiplicidade de autores externos à área mais amplamente que em momentos posteriores. A preferência por limitar-se a artigos se deu, em parte, pela maior circulação e publicação destes, e, em parte, pela maior facilidade de avaliação, a partir da análise de conteúdo. Utilizando-se estas ferramentas de limitação de busca, encontrou-se 33 artigos, dos quais, a partir da relevância destes<sup>4</sup>, selecionou-se 8 para comporem a amostragem. Esta foi a única limitação manualmente e qualitativamente feita aos resultados da plataforma Scopus.

<sup>4</sup> A delimitação ocorreu em termos de quantidade de citações: mais 30 na plataforma Scopus, e na plataforma Google Scholar os mais citados, atentando para os que se repetiam nas diferentes formas de pesquisa; com exceção de 3 artigos sobre o sistema de saúde, que foram escolhidos buscando variar o rol de objetos dos artigos, para tornar a amostra mais diversificada.



Com o Google Scholar, a seleção de artigos foi mais dificultosa, uma vez que este não os organiza cronologicamente do mais antigo ao mais novo, e, por ser uma plataforma mais ampla, por ter uma quantidade significativamente maior de artigos - cerca de 8 à 10 mil por tipo de busca. Assim, os 12 artigos selecionados desta plataforma foram escolhidos a partir da sua relevância, e do ano de publicação (anterior à 1989), porém de maneira manual e qualitativa, sendo selecionados alguns dos com maior número de citações, porém, buscando-se diversificar a base de abordagens utilizadas (essa seleção foi feita a partir da leitura dos resumos).

Após a separação dos 20 artigos da amostragem dirigida, procedeu-se a análise de conteúdo, iniciando-se por uma leitura flutuante destes textos, na qual buscou-se identificar os objetos de estudo e abordagens, para uma percepção inicial dos escopos dos artigos. Utilizando-se da técnica de Análise Temática (BARDIN, 2011), montou-se duas categorias para organização dos índices: (1) as representações de Estrutura e (2) as caracterizações das Unidades de Análise. Para fins de organização, a primeira categoria, Estrutura, foi subdividida em Organização da Produção e Instituições e Estruturas Sociais. As teorias identificadas foram definidas como índices, desta forma, os índices definidos a partir das teorias foram (i) Teoria Feminista (em seus elementos mais clássicos advindos das ciências sociais); (ii) Feminismo Marxista (parte da Teoria Feminista, esta linha de pensamento adota o método histórico materialista de Marx e trata de objetos econômicos mais especificamente); (iii) Teoria Marxista; (iv) Marxismo terceiro-mundista; (v) Modelo de Colonialismo Interno (das ciências sociais, esta teoria trabalha a estrutura de raça dentro de uma comunidade nacional a partir das teorias desenvolvidas sobre colonialismo) (vi) Teoria Neoclássica; (vii) Nova Economia Doméstica (dentro da tradição neoclássica, esta linha esforçou-se em aplicar os pressupostos e modelos neoclássicos para se entender o lar); (viii) Teoria da Modernização. Os principais conceitos e/ou ideias utilizadas para os debates foram definidos como indicadores.

Os indicadores foram agrupados em cada índice segundo mantinham vinculação conceito/abordagem-teoria, indicadas no texto direta ou indiretamente. Em situações em que, como na utilização de “propriedade privada” como indicador, o conceito não seja único de uma tradição teórica, sua análise levou em conta a frase no qual estava contida (para compreensão de sua significância na situação em questão) e das abordagens utilizadas no trabalho como um todo para uma categorização precisa.

Não se tinha uma hipótese formulada sobre quais as principais teorias utilizadas ou porque, de modo que a técnica utilizada foi de exploração, utilizando um método indutivo-

dedutivo, que combina a leitura dos artigos selecionados com a sistematização comparativa de termos identificados nos próprios textos mediante técnicas de análise de conteúdo. A significância de cada um destes índices no total, isto é, a significância das teorias para a construção da área foi calculada a partir de duas relações: uma entre quantidade de conceitos ( $Q_c$ ) de uma teoria que foram utilizados e quantidade de trabalhos ( $Q_t$ ) em que este conceito se repetiu. Isto foi possível porque os indicadores não foram pré-definidos, mas foram escolhidos conforme encontrava-se conceitos de outras teorias econômicas ou sociais sendo utilizados pelas autoras. Assim, por exemplo, se as autoras utilizaram-se em uma categoria de 3 conceitos da Teoria Feminista, e estes aparecem duas vezes em cada artigo, a relevância ( $R$ ) deste seria calculada como  $R = Q_c * Q_t = 3 * 2 = 6$ . A segunda relação utilizada foi a Proporção ( $P$ ) da quantidade de conceitos ( $Q_c'$ ) de uma teoria por artigo, desconsiderada sua repetição dentro de cada artigo, encontrada em todos os trabalhos, sobre o Total de Trabalhos (20). Assim, variando entre 0 (insignificância) e 1 (totalidade), é possível captar a abundância conceitual de uma teoria.

### 3 RESULTADOS ENCONTRADOS

A primeira análise feita refere-se aos objetos dos 20 artigos selecionados na amostragem. Esta análise por objetos de estudo demonstrou a preocupação primordial das teóricas feministas com as bases da Disciplina Econômica, pois seis dos trabalhos analisados tratavam de objetos teóricos, metodológicos e/ou epistemológicos das Ciências Econômicas. No entanto, estas autoras não se encaixam no espaço aberto para elas na teoria neoclássica, dentro da Nova Economia Doméstica. Apenas dois trabalhos tratam da Economia do Lar, e em ambos a abordagem é crítica à da Nova Economia Doméstica. A temática da Reprodução e Maternidade - as escolhas sobre fertilidade, o papel da maternidade no âmbito econômico das mulheres e o papel reprodutivo das mulheres, e seu consequente lugar enquanto mão-de-obra reserva - aparece mais vezes, em três trabalhos, assim como a Participação e Marginalização em Instituições Públicas - nas instituições de poder e de decisão, nas políticas públicas e de desenvolvimento, que é objeto da mesma quantidade de estudos. A Interseccionalidade de estruturas de poder - capitalismo, patriarcado e uma estrutura de raça - é objeto de quatro estudos, assim como a temática

da Invisibilidade e/ou Segregação no Mercado de Trabalho também o é de quatro. Esta classificação segue na Tabela 01, abaixo<sup>5</sup>:

Tabela 1 - Classificação dos Objetos de Estudo

Objeto teórico (teorias, epistemologias, abordagens e retóricas)	6
Reprodução e/ou Maternidade	3
Avaliação Crítica da Economia do Lar	2
Participação e Marginalização em Instituições públicas	3
Interseccionalidade	4
Invisibilidade e/ou Segregação no Mercado de Trabalho	4

Fonte: elaborado pelos autores.

Estas temáticas por si apenas já enfatizam duas preocupações centrais da Economia Feminista: a abordagem de temas até então invisibilizados nas Ciências Econômicas, e a revisão das premissas da disciplina, trazendo à tona as estruturas de gênero que elas ofuscam, e ampliando o escopo de estudo da Economia. Assim, estes estudos iniciais parecem levantar indagações e críticas que tanto permitiram novos estudos quanto os inspiraram, ao mostrarem a participação e posição das mulheres no Sistema Econômico, bem como as estruturas de gênero que o moldam, e que também estão presentes na disciplina econômica.

### 1. *Análise das Representações de Estrutura*

Para a análise das representações sobre as estruturas, as teorias encontradas nos artigos foram divididas em duas categorias a modo de organização dos resultados: (i) Organização da Produção; e (ii) Instituições e Estruturas Sociais. A organização dos indicadores e suas frequências encontra-se na Tabela 2, abaixo. A soma total é obtida por teoria para cada uma das duas categorias de Estrutura.

---

<sup>5</sup> Alguns destes trabalhos tinham como objeto de estudo mais de uma destas temáticas, e, portanto classificam em mais de uma categoria.

Tabela 2 - Representações de Estrutura

	Teoria Feminista		Teoria Marxista		Modelo de colonialismo interno	Teoria Neoclássica		
		Feminismo Marxista		Marxismo terceiro-mundista			Nova Economia Doméstica	Teoria da Modernização
Organização da Produção	divisão de esferas pública e privada (3)	divisão sexual do trabalho (6)	separação capital-trabalho (1)	sistema internacional econômico capitalista (1)	segregação de raça (2)	oferta e demanda (2)	mercado implícito (1)	urbanização (1)
	hierarquias de gênero (6)	relação produção-reprodução (4)	Capitalismo (13)	divisão primeiro/terceiro mundo (1)	sistema de trabalho colonial (1)	circular flow diagram (1)	industrialização (1)	
		segregação de gênero (7)		processo de world market factories (1)				
		gender bias (2)	sociedade capitalista industrial (2)					
		subordinação feminina (1)	acumulação capitalista (2)					
			segregação de classe (1)					
		domínio masculino (2)						
	<b>Total:</b>	<b>9</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
Instituições e Estruturas Sociais	Reprodução Social (2)		Instituições de controle social (1)		estrutura [social] de raça (2)			
	Institucionalização da feminilidade (2)	Diferenças de poder econômico entre mulheres	Propriedade Privada (e variantes) (3)					

Maternidade (2)	s, homens e criança (1)	sociedade e capitalista (2)					
divisão de esferas pública e privada (1)		estrutura de poder econômico (2)					
patriarcado (7)	patriarcal do capitalismo (ou patriarcal do capitalismo) (3)	relações capitalistas (2)					
construção social das diferenças de gênero (7)	construção social das atividades de produção e reprodução (1)	estrutura de classe (3)					
desigualdade e entre os sexos (2)	controle patriarcal (1)	processo de proletarianização (2)					
estrutura de gênero (3)							
status feminino (4)		ideologia do capital (2)					
		relações e aparato de governança (3)					
dialética do sexo (1)	relações patriarcalis (2)						
hegemonia masculina (2)							
		ideologia sexista (2)					
		cultura patriarcal (1)					
		papéis de gênero (5)					
		feminização da					

		pobreza (1)						
<b>Total:</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>2</b>			

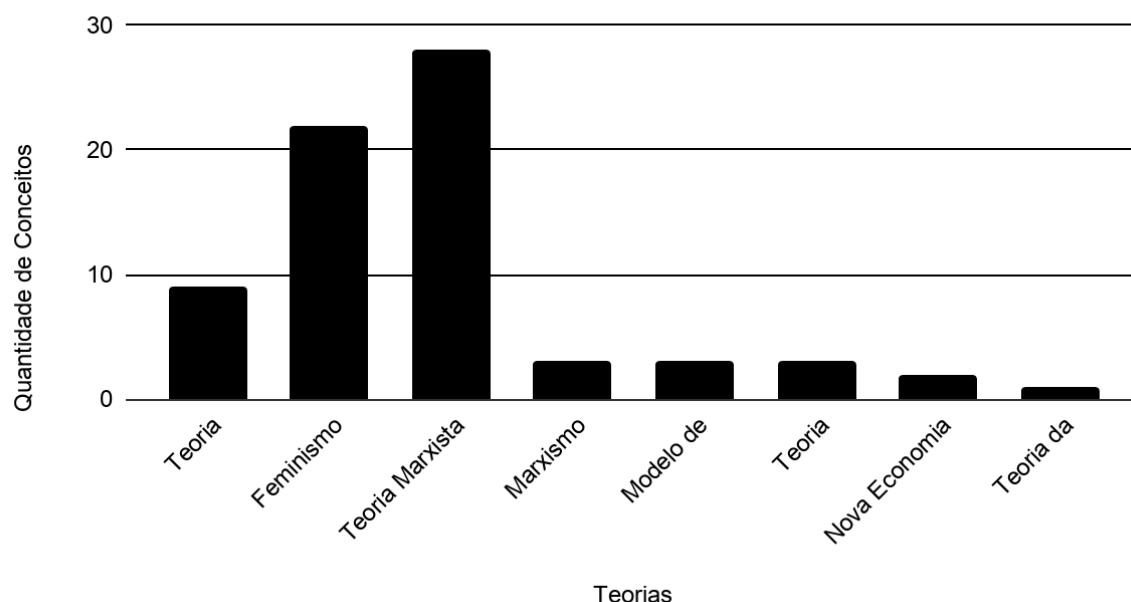
Fonte: elaborado pelos autores.

Observando a categoria de Organização da Produção, os estabelecimentos de temas específicos de Teoria Feminista (31) e as temáticas de Teoria Marxista (31) alcançam o mesmo total. Desde os inícios das publicações de economia e feminismo surge uma produção que estabelece um campo autônomo de Teoria Feminista no estudo da produção efetuada no tecido econômico. No entanto, é muito forte o uso do arcabouço marxista no estudo da atuação feminina na produção econômica: se alocarmos o Feminismo Marxista juntamente com a Teoria Marxista, há predominância da inspiração marxista no campo da Organização da Produção. Os Neoclássicos foram utilizados no período, com cinco acionamentos. O Modelo de Colonialismo Interno tem três manifestações e a Teoria da Modernização uma.

O gráfico 2 representa a relação de Relevância (R) entre quantidade de conceitos (Qc) e quantidade de trabalhos (Qt).

Gráfico 2 - Organização da Produção

### Relevância - Organização da Produção

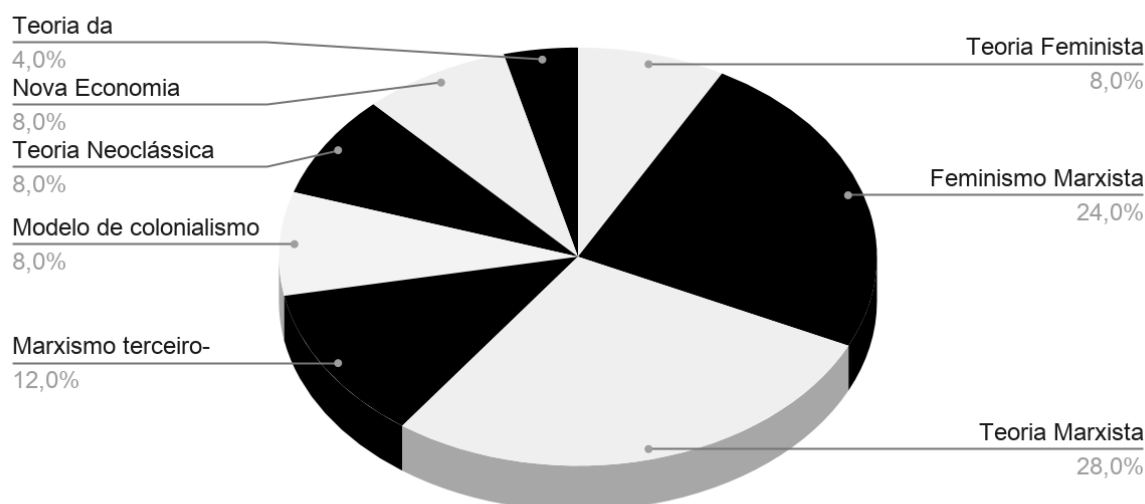


Fonte: elaborado pelos autores.

Utilizando a relação  $P=Qc'/20$ , também, a proporção é a que segue:

Gráfico 3 - Proporção: Organização da Produção

### Proporção - Organização da Produção



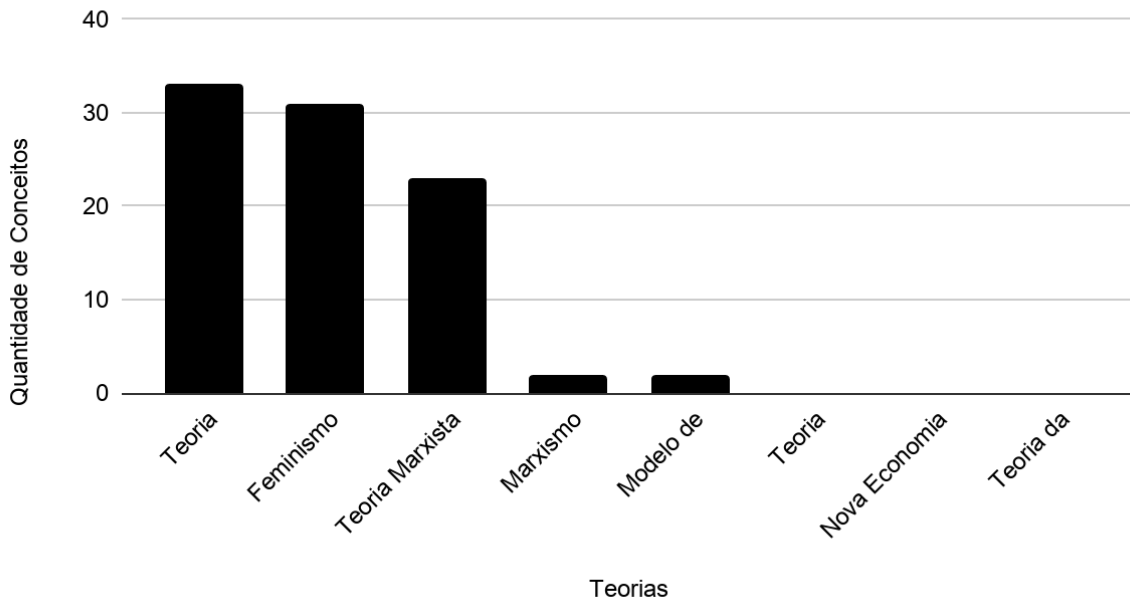
Fonte: elaborado pelos autores.

A grande proporção da Teoria Marxista e do Feminismo Marxista nestes dados indica que em relação à teorização das estruturas de gênero na Organização da Produção e/ou da participação feminina nesta, justifica a demanda de recuperação do que já foi produzido pelos teóricos marxistas e seus debates sobre o sistema capitalista. Da mesma forma, demonstra a possibilidade de ampliação deste debate e preenchimentos das lacunas sobre a posição das mulheres neste sistema a partir da inserção das Análises de Gênero, importante contribuição das teóricas de Feminismo Marxista (que teorizam principalmente da área de Ciências Sociais).

No entanto, para além disto, contribuições do pensamento feminista, e de outros modelos também aparecem nestes dados, indicando que teorias de outras áreas, como Ciências Sociais e Relações Internacionais contribuem para a composição deste mosaico de análise das Estruturas Econômicas a partir da análise de gênero. Até mesmo a Teoria Neoclássica e a Nova Economia do Lar aparecem, ainda que sob críticas, demonstrando uma preocupação das teóricas feministas em buscar respostas e preencher as lacunas sobre gênero que haviam sido consideradas “não econômicas” ou “exógenas” até então.

Gráfico 4 - Instituições e Estruturas Sociais

### Relevância - Instituições e Estruturas Sociais



Fonte: elaborado pelos autores.

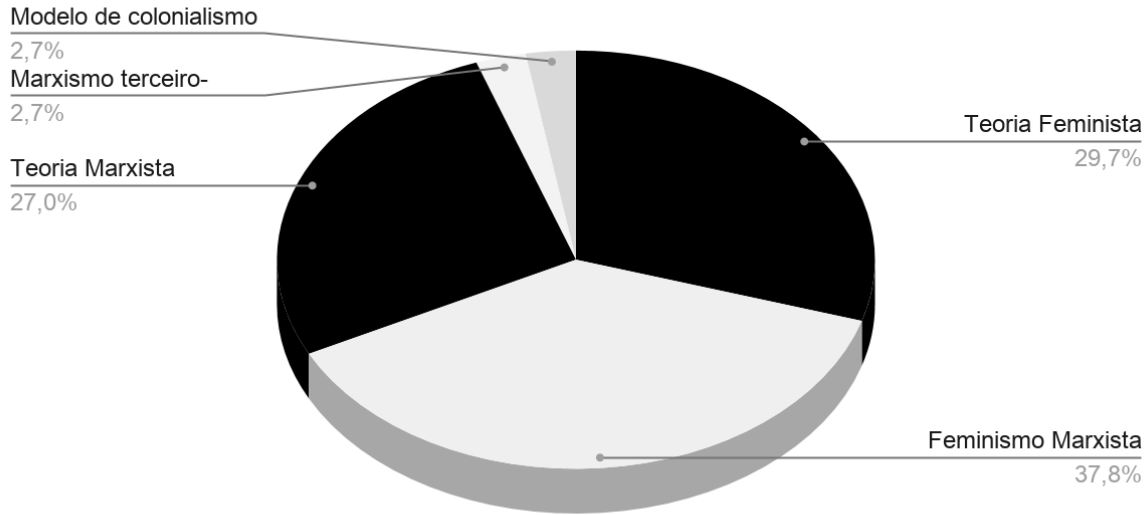
O gráfico 04 refere-se à categoria Instituições e Estruturas Sociais representa a relevância (R) entre quantidade de conceitos (Qc) e quantidade de trabalhos (Qt), para demonstrar a significancia ( $Qc \cdot Qt$ ) das teorias na construção dos debates em teoria econômica feminista.

A seguir, utilizando-se a proporção ( $Qc/20$ ), tem-se:



Gráfico 5 - Proporção: Instituições e Estruturas Sociais

### Proporção: Estruturas e Instituições Sociais



Fonte: elaborado pelos autores.

Na categoria Instituições e Estruturas Sociais, por outro lado, inexistiu uso do aparato Neoclássico. Isto é compreensível dado que é uma abordagem calcada no individualismo metodológico e pouco afeita a leituras holistas de estruturação social. E as Instituições, quando levadas em conta por neoclássicos, são *a posteriori* da análise teórica, como um ajuste marginal entre a previsão dos modelos e a realidade. O Modelo de Colonialismo Interno tem três manifestações. A Teoria Feminista aparece com a construção de temáticas próprias em proporção ainda mais relevante nesta categoria; embora a Teoria Feminista Marxista seja muito presente, a parcela desvinculada da tradição marxista é maior. Isto é bastante significativo dado o caráter estrutural do materialismo histórico de Marx.

Nestes índices, a presença maior da Teoria Feminista demonstra uma contribuição importante às percepções tradicionais das instituições sociais a respeito do espaço para o feminino nestas, bem como debatem a forma como estas instituições condicionam a atuação e a vida das mulheres de forma geral. A tradição institucionalista remonta economistas como Thorstein Veblen e John R. Commons, que percebiam as instituições como tipos específicos de estruturas sociais, que condicionavam os agentes. As instituições são a principal estrutura social, e compreender o papel delas, enquanto sistema de regras

sociais, incorporados nos valores, hábitos e comportamentos (HODGSON, 2006), na economia possibilitou a ampliação da compreensão de uma série de fenômenos antes definidos como “exógenos” e, portanto, não estudados no campo econômico. A tradição institucionalista também elucidou a existência de uma lógica de co-constituição entre agente e estrutura. Os insights feministas sobre as Instituições trazem ainda uma potencialidade importante de diálogo com a teoria Institucionalista, por considerarem que a Economia é uma instituição social, como todas as demais, e, por conseguinte é perpassada por dinâmicas de gênero, assim como também molda elas (VAN STAVEREN, 2010). Como colocado por Van Staveren (2010, p.21), *“institutions are the object of study in institutional economics and gender is recognized to be a major institution affecting economic behaviour and in turn influenced by economic processes”*. A própria construção do conhecimento é uma instituição (HAMILTON, 1932), e como tal sustenta-se por valores e regras, a forma como as ciências econômicas têm se mantido rígida aos métodos newtonianos, de racionalidade e objetividade também têm servido para esconder as instituições que tornam seus modelos imperfeitos, como as instituições que sustentam a estrutura de gênero.

A participação significativa da Teoria Marxista também reflete o desenvolvimento na teoria dos debates em torno das instituições de controle social, do Estado e da própria percepção da propriedade privada e do acesso ao poder econômico como institucionalizados. A Teoria Marxista percebe as instituições econômicas e as dinâmicas econômicas como definidoras de todas as demais, assim, consideram a existência de uma “réplica” ou “reflexo” das dinâmicas de classe, ou das relações capitalista em todas as esferas. As teóricas feministas, então, revisam estas afirmações, não negando o impacto do capitalismo nas demais dinâmicas sociais, nem ignorando as interseccionalidades de classe, mas agregando a estas as próprias dinâmicas de gênero, bem como as de raça. As Feministas Marxistas, por exemplo, utilizam-se do materialismo histórico, e consideram o Patriarcado e o Capitalismo como duas instituições que se reforçam mutuamente, mas não consideram que exista no lar uma dinâmica de empregador-empregado replicada. De certa forma, as teóricas feministas, ao debruçarem-se sobre as questões de gênero nas demais estruturas sociais, e sobre o impacto da estrutura de gênero nestas demais, conseguem revisar e trazerem explicações complexas para fenômenos que já eram em maior ou menor medida percebidos na análise estruturalista marxista.

## 2. Análise das Representações de Unidade

Quanto às unidades de análise utilizadas pelos trabalhos, quinze trabalhos adotaram a família como unidade de análise, dois utilizaram o indivíduo enquanto unidade, cinco autoras abordaram a classe enquanto unidade, e um texto ainda coloca as corporações e sindicatos como unidades de análise econômicas<sup>6</sup>, como pode-se visualizar na Tabela 03, a seguir:

Tabela 3 - Unidades de Análise utilizadas

Unidade de Análise	Recorrência
Família	15
Indivíduo	2
Classe	5
Organizações	2

Fonte: elaborado pelos autores.

Não há menções às caracterizações das organizações para além de serem definidas como corporações ou sindicatos, ou seja, são mencionadas, sem uma maior dedicação para sua caracterização conceitual. A classe é abordada enquanto uma unidade coesa, em um conflito de classes, em cinco trabalhos - além disto, um trabalho coloca que as mulheres são parte da classe trabalhadora mesmo trabalhando em casa, em uma tentativa de integrar as mulheres à classe trabalhadora, ainda deixando-as no setor privado. A ideia de mulheres enquanto uma classe e unidade de análise também é adotada em dois trabalhos, um destes, no entanto, faz justamente uma crítica a este recorte que pretende todos os membros do grupo homogêneos e semelhantes, a crítica é à ideia de uma classe assexuada e, ao mesmo tempo, a uma abordagem do gênero sem classe. As análises do indivíduo utilizam caracterizações como “individualismo” e a “retórica do auto-interesse/maximização de interesses”, em ambos os trabalhos, e as ideias de “male individualism” e “homo economicus” em apenas um deles. As caracterizações estão na Tabela abaixo:

<sup>6</sup> Alguns destes trabalhos abordavam mais de um tipo de unidade de análise.

Tabela 4 - Caracterização das unidades de análise

	teoria feminista		Teoria Marxista	Teoria Neoclássica		
		Feminismo Marxista			Nova Economia Doméstica	Teoria da Modernização
	divisão sexual do trabalho doméstico (5)		reprodução do	GHP (Gross Household Product) (1)	produção não-econômica (3)	potencial explorado
família (15)	família é uma instituição econômica (3)	family wage system (1)	conflito de classe na família (1)	famílias como unidades de consumo (2)	função de utilidade conjunta da família (4)	r da família (1)
	dependência mútua na família, mas esta não exclui a possibilidade de opressão (1)	papel das mulheres nas famílias entendido como uma construção histórica (1)	submissão das mulheres na família deriva da atividade de produção e das relações capitalistas (1)	agregado do lar (4)		
	família como uma instituição social permeada por relações de poder (7)				família como unidade cooperativa/harmoniosa/altruísta (6)	
		autoridade patriarcal (1)			crianças vistas como produtos (1)	
		família vista como parte da superestrutura (1)				
		ideologia da família (1)				

<b>Total:</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>1</b>
indivíduo (2)	auto-sacrifício feminino em momentos de crise (1)			individualismo (2)		
	male individualism (1)			retórica do auto-interesse/maximização de interesses (2)		
	valores e papéis sexuais (4): dois arquétipos de papéis femininos - a filha zelosa e a matrona maleável (1); mulheres são vistas como reprodutoras não produtoras (1)			homo economicus (1)		
<b>Total:</b>	<b>6</b>			<b>5</b>		
classe (5)	mulheres enquanto uma classe e unidade de análise (2)		classe e conflito de classe (5)			
<b>Total:</b>	<b>2</b>		<b>5</b>			

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao especificar-se o conteúdo inerente ao uso da família como unidade de análise, é notório que a Economia Neoclássica e a Nova Economia Doméstica consideram a família como uma unidade homogênea e as demais teorias - Feminista, Feminismo Marxista, Marxista e Teoria da Modernização - usam a família como referência para problematizar relações de poder, conflitos e ideologias intestinas à mesma.

A categoria Indivíduo foi utilizada apenas pela Teoria Feminista e pela Teoria Neoclássica. A Teoria Feminista faz uso do Indivíduo para analisar assimetrias de gênero. Já nos artigos de cunho neoclássico, a utilização foi no marco tradicional de maximização dos interesses individuais. A Classe apareceu apenas na Teoria Feminista e na Teoria Marxista. Os índices R e P encontram-se nas tabelas abaixo.

Tabela 5 - Família: Índices de Relevância e Proporção

	Teoria Feminista	Feminismo Marxista	Teoria Marxista	Teoria Neoclássica	Nova Economia Doméstica	Teoria da Modernização
R	16	17	2	7	18	1
P	0,2	0,35	0,1	0,15	0,25	0,05

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 6 - Indivíduo: Índices de Relevância e Proporção

	Teoria Feminista	Feminismo Marxista	Teoria Marxista	Teoria Neoclássica	Nova Economia Doméstica	Teoria da Modernização
	6	0	0	5	0	0
	0,15	0	0	0,15	0	0

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 7 - Classe – Índices de Relevância e Proporção

	Teoria Feminista	Feminismo Marxista	Teoria Marxista	Teoria Neoclássica	Nova Economia Doméstica	Teoria da Modernização
	2	0	5	0	0	0
	0,1	0	0,25	0	0	0

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 8 - Organização – Índices de Relevância e Proporção

	Teoria Feminista	Feminismo Marxista	Teoria Marxista	Teoria Neoclássica	Nova Economia Doméstica	Teoria da Modernização
	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelos autores.

O conteúdo dentro das categorias expressa que as teóricas buscaram demonstrar primeiramente a falácia de perceber as unidades, sejam elas famílias ou classes, como homogêneas, harmoniosas e livres de disputas de poder internas (ponto de vista comum tanto à tradição neoclássica como marxista), uma vez que estas são perpassadas por relações de poder de gênero e invisibilizar estas relações é invisibilizar também a presença de mulheres nestas (FOLBRE, 1986; ARMSTRONG e ARMSTRONG, 1983). Além disto, há presente uma preocupação forte em exibir a família como uma instituição social e econômica, que produz e reproduz papéis sociais e econômicos a seus membros, e que desempenha um papel social e econômico ela mesma (FOLBRE, 1983; LASLETT e BRENNER, 1989).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos métodos da análise de conteúdo aplicados sobre 20 artigos que remontam os primórdios das publicações de maior relevância na área de economia feminista, foi possível perceber a importância da influência das demais tradições teóricas da área da economia, bem como da sociologia, no desenvolvimento da área. As teorias que mais se destacaram neste estudo foram a teoria marxista, e as teorias sociais feminista e sua vertente marxista e a teoria neoclássica. Ainda assim, há uma variação significativa entre as categorias escolhidas para a análise.

Na categoria Organização da Produção, a Teoria Marxista, o Feminismo Marxista, e a Teoria Feminista (nesta ordem, respectivamente) são as três teorias que mais contribuem na construção conceitual do debate. Em termos de amplitude conceitual são a Teoria Marxista e o Feminismo Marxista que têm maior participação, ambos com mais de 20%. Já na categoria Instituições e Estruturas Sociais, embora continuem as mesmas três teorias como principais a ordem de significância se inverte, e quem tem mais destaque é a Teoria Feminista. Em termos de amplitude conceitual, portanto, a Teoria Feminista também cresce, e aparece com 29,7%, embora a de maior amplitude seja o Feminismo Marxista, com quase 10% a mais (37,8%). Além disto, nesta categoria os conceitos da tradição neoclássica não aparecem nenhuma vez.

Quando se analisa as unidades de análise, no entanto, as percepções são completamente diferentes. No uso da família como unidade de análise, a tradição

neoclássica tem uma participação muito maior - a Nova Economia Doméstica tem a maior participação, seguida do Feminismo Marxista, e a Teoria Marxista aparece quase em última posição. Em termos de amplitude conceitual, a teoria neoclássica (15%) também aparece com mais destaque do que nas categorias anteriores, especialmente a Nova Economia Doméstica (25%), quase em mesmo patamar que o Feminismo Marxista (35%), a Teoria Feminista (20%) têm mais destaque apenas que a Teoria Marxista (10%) e a Teoria da Modernização (5%).

Ao contemplar-se simultaneamente os dois campos de análise, Estruturas e Unidades de Análise, fica evidente que as raízes da Economia Feminista adentraram combinações originais, compondo uma atenção a estruturação social e institucional com unidades de análise diversas, com preponderância da família. Ela nasceu plural em sua abrangência metodológica e conceitual.

Assim, este trabalho buscou demonstrar a importância de debates pluralistas para a ampliação da capacidade explicativa das ciências econômicas frente aos atuais desafios internacionais. De maneira mais específica, buscou demonstrar a potencialidade dos trabalhos feministas em contribuir neste debate, para isto, encontrar e compreender as pontes conceituais e teóricas potenciais ou já construídas é imprescindível. Este trabalho objetiva facilitar as aproximações para estes debates, de forma a integrar cada vez mais as teorias feministas às demais tradições econômicas.

## REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Pat; ARMSTRONG, Hugh. Beyond sexless class and classless sex: towards feminist Marxism. **Studies in Political Economy**, v. 10, n. 1, p. 7-43, 1983.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

BARRIENTOS, Stephanie; DOLAN, Catherine; TALLONTIRE, Anne. A gendered value chain approach to codes of conduct in African horticulture. **World Development**, v. 31, n. 9, p. 1511-1526, 2003.

CHEN, Caixia et al. Decent work in the Chinese apparel industry: Comparative analysis of blue-collar and white-collar garment workers. **Sustainability**, v. 9, n. 8, p. 1344, 2017.

CHESNAY, François; SAUVIAT, Catherine. O financiamento da inovação tecnológica no contexto atual de acumulação financeira. **Economia da Inovação Tecnológica**. Victor



Pelaez & Tamás Szmrecsányi (Org.). São Paulo, Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.

COHEN, Marjorie. The Razor's Edge Invisible: Feminism's Effect on Economics. **International Journal of Women's Studies**, v. 8, n. 2, p. 286-98, 1985.

Commons, John R. **Institutional Economics—Its Place in Political Economy**. New York: Macmillan, 1934.

DE LA O MARTÍNEZ, María Eugenia. El trabajo de las mujeres en la industria maquiladora de México: balance de cuatro décadas de estudio. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 1, n. 3, p. 4, 2006.

EISENSTEIN, Zillah. Constructing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism. **Insurgent Sociologist**, v. 7, n. 3, p. 3-17, 1977.

ELSON, Diane; PEARSON, Ruth. 'Nimble fingers make cheap workers': An analysis of women's employment in third world export manufacturing. **Feminist review**, v. 7, n. 1, p. 87-107, 1981.

ENGLAND, Paula. A feminist critique of rational-choice theories: Implications for sociology. **The American Sociologist**, v. 20, n. 1, p. 14-28, 1989.

FELKER, Marcia. The political economy of sexism in industrial health. **Social Science & Medicine**, v. 16, n. 1, p. 3-13, 1982.

FISCHER, Liliann et al. (Ed.). **Rethinking economics: An introduction to pluralist economics**. Routledge, 2017.

FOLBRE, Nancy. Of patriarchy born: The political economy of fertility decisions. **Feminist Studies**, v. 9, n. 2, p. 261-284, 1983.

FOLBRE, Nancy. Hearts and spades: Paradigms of household economics. **World development**, v. 14, n. 2, p. 245-255, 1986.

FOLBRE, Nancy; HARTMANN, Heidi. The rhetoric of self-interest: Ideology and gender in economic theory. **The consequences of economic rhetoric**, p. 184-203, 1988.

GLENN, Evelyn Nakano. Racial ethnic women's labor: The intersection of race, gender and class oppression. **Review of radical political economics**, v. 17, n. 3, p. 86-108, 1985.

HAMILTON, Walton H. Institution. **Encyclopedia of the social sciences**, v. 8, p. 84-89, 1932.

HARTMANN, Heidi I. The unhappy marriage of Marxism and feminism: Towards a more progressive union. **Capital & Class**, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.

- HELMBOLD, Lois Rita. Beyond the family economy: Black and White working-class women during the Great Depression. **Feminist Studies**, v. 13, n. 3, p. 629-655, 1987.
- HODGSON, Geoffrey M. What are institutions?. **Journal of economic issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.
- HUMPHRIES, Jane. The socio-economic determinants of recourse to legal abortion. **Women's studies international quarterly**, v. 3, n. 4, p. 377-393, 1980.
- JAQUETTE, Jane S. Women and modernization theory: A decade of feminist criticism. **World Politics**, v. 34, n. 2, p. 267-284, 1982.
- LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and social reproduction: Historical perspectives. **Annual review of sociology**, v. 15, n. 1, p. 381-404, 1989.
- MACDONALD, Martha. Economics and Feminism The Dismal Science?. **Studies in Political Economy**, v. 15, n. 1, p. 151-178, 1984.
- MARKUSEN, Ann. Feminist notes on introductory economics. **Review of Radical Political Economics**, v. 9, n. 3, p. 1-6, 1977.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin, 2014.
- MAZZUCATO, Mariana. **The value of everything: Making and taking in the global economy**. Hachette UK, 2018.
- NELSON, Julie. **Feminism, objectivity and economics**. Routledge, 1995.
- OSTERREICH, Shaienne T. Gender and Comparative Advantage: Feminist–Heterodox Theorizing about Globalization. **Economies**, v. 7, n. 2, p. 35, 2019.
- PHILLIPS, Anne; TAYLOR, Barbara. Sex and skill: notes towards a feminist economics. **Feminist review**, v. 6, n. 1, p. 79-88, 1980.
- SAFA, Helen I. Runaway shops and female employment: The search for cheap labor. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 7, n. 2, p. 418-433, 1981.
- SARVASI, Wendy; VANALLEN, Judith. Fighting the feminization of poverty: Socialist-feminist analysis and strategy. **Review of Radical Political Economics**, v. 16, n. 4, p. 89-110, 1984.
- SMITH, Dorothy E. Feminist reflections on political economy. **Studies in Political Economy**, v. 30, n. 1, p. 37-59, 1989.
- STANDING, Guy et al. Global feminization through flexible labor: A theme revisited. **World development**, v. 27, n. 3, p. 583-602, 1999.
- VAN STAVEREN, Irene. Feminist economics: setting out the parameters. In: **Gender and Economics. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010. p. 18-48.**

Veblen, Thorstein B. **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions**. New York: Macmillan, 1899.